



COLIGAÇÃO “MUDA MARANHÃO”

PCdoB - PSB - PPS

FLÁVIO DINO GOVERNADOR

Miosotis – vice-governadora

PROGRAMA DE GOVERNO

Por um Maranhão forte e justo

Maranhão

APRESENTAÇÃO.

O Maranhão é um estado que possui condições naturais como poucos: localiza-se em uma zona de transição entre a Amazônia e o Nordeste, um clima equilibrado, um solo apto para agricultura e a dois graus da linha do Equador, com abundância em recursos hídricos e o segundo maior litoral do país. Também possui qualidades históricas, econômicas e sociais que marcam significativamente sua presença na federação brasileira. Possui um complexo portuário que é referência mundial, ferrovias, estradas, aeroportos e hidrelétricas. Além disso, possui uma rica cultura, e um povo lutador e trabalhador. Entretanto, essas pré-condições não foram suficientes, por si só, para livrar nosso estado de ocupar atualmente a penúltima posição entre os estados da federação em níveis de desenvolvimento (índice FIRJAN de Desenvolvimento 2009).

O retrato mais cruel dessa realidade é que em 2006 uma criança nascida no Maranhão tinha expectativa de vida 5 anos menor que a média brasileira. Para cada 1.000 nascimentos, 33 crianças morrem antes de completar um ano de vida. 38% das crianças entre 8 e 9 anos são analfabetas. Expectativa de vida, educação e saúde formam o IDH, índice que mensura a qualidade de vida dos habitantes, e no qual o Maranhão aparece mais uma vez na penúltima posição entre os estados da federação.

Como explicar essa contradição entre um estado rico e cheio de potencialidades e, ao mesmo tempo, índices sociais tão dramáticos? O que atrasa o desenvolvimento social do Maranhão?

O cerne da profunda contradição maranhense é a questão de quem detem o poder político. Os impasses do desenvolvimento social do Maranhão

sempre residiram no pacto das oligarquias para dividir o poder no estado. O ponto central do nosso atraso social e econômico é a forma como a política maranhense ficou marcada pelas relações de poder das oligarquias, resultando na incapacidade de transformar as potencialidades do estado em ciclos de desenvolvimento sustentável. São décadas e décadas de descumprimento das leis, de aplicação ineficiente do dinheiro público e de práticas patrimonialistas, misturando o público e o privado, deixando essa “herança maldita” para os contemporâneos.

O mandonismo das oligarquias desenrola-se desde a colonização, sem haver diferença fundamental entre os grupos no exercício do poder do Estado. Eles não se diferenciam nas práticas políticas e na gestão da coisa pública. Pelo contrário. É justamente na gestão do aparelho estatal, no exercício do poder político, que as semelhanças de classe afloram, de tal forma que tudo permanece igual como antes, sempre reproduzindo e mantendo o modelo criador das desigualdades sociais.

A tentativa de reduzir o debate político do Maranhão unicamente às elites oligárquicas e patrimonialistas, afastando as forças populares e democráticas, representa os interesses dominantes, uma vez que configura como único universo de discurso possível a luta entre as oligarquias. Com esse discurso, pretendem afastar como ilegítima qualquer outra possibilidade política de mudança, excluindo importantes setores sociais da luta pelo poder do Estado, reforçando o “eterno retorno do mesmo” e dando seqüência ao ciclo de poder secular das classes que mandam no Maranhão.

É preciso, portanto, ter claro a centralidade do desafio político para promover o rompimento desse modo de fazer política em nosso estado. É preciso quebrar o ciclo oligárquico e introduzir novos setores sociais que sempre foram mantidos ao largo da disputa pelo poder do estado. São os trabalhadores, os movimentos sociais organizados, os camponeses, setores modernos do empresariado e a classe média. São esses os segmentos que reúnem as condições para quebrar o poder das oligarquias.

É necessário elevar a intensidade da luta política apresentando ao povo um programa alternativo que consiga unificar desenvolvimento, justiça social e garantia dos direitos fundamentais do cidadão. É preciso que os ventos da mudança e da renovação soprem nas terras maranhenses. O tempo da política é o relógio que indica a hora da mudança: nós precisamos fazer a grande transformação não amanhã, mas hoje e agora, porque as vítimas das injustiças têm pressa e não podem esperar mais.

Por isso, estamos apresentando as diretrizes para nossa ação de governo, em cumprimento às inovadoras previsões da Lei nº 12.034/2009, a qual tive a honra de relatar no Congresso Nacional. O objetivo da nova norma é qualificar o debate eleitoral, assentando-o nas questões programáticas, além de possibilitar um maior controle social quando do exercício dos mandatos. Por conseguinte, apresentamos este documento não como uma mera exigência burocrática, mas sim como a síntese de um Pacto em favor do Maranhão, com idéias novas que nos levem a um futuro melhor.

Este documento, ora apresentado à Justiça Eleitoral e à sociedade, deriva de ampla participação popular, representada por quarenta e oito reuniões realizadas em todas as regiões do estado, reunindo milhares de pessoas. Ademais, a versão preliminar ficou em consulta pública na Internet, também recebendo contribuições oriundas dos internautas.

Evidentemente não se trata de um documento fechado e imutável. Pelo contrário, com o início oficial da campanha eleitoral estamos certos de que haveremos de aprimorar as nossas propostas, ouvindo a voz soberana e sábia do povo maranhense.

Agradecemos à coordenação de programa de governo, aos especialistas que colaboraram, e sobretudo aos cidadãos e cidadãs do nosso Maranhão, que nos transmitem ensinamentos e energia em todos os momentos da nossa caminhada em nome da renovação da esperança.

FLÁVIO DINO

Candidato a Governador do Maranhão

CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil avançou em setores essenciais para o desenvolvimento econômico com distribuição de renda. O país consolidou a estabilidade econômica, oriunda do Plano Real, indo além das chamadas medidas ortodoxas de gestão. Como instrumento da construção da soberania econômica do país, o governo federal apostou pesadamente na estruturação de um sólido mercado interno, que é ao mesmo tempo produtor e distribuidor de riquezas.

Para alcançar tal êxito, foi ampliado o acesso ao crédito, sobretudo ao microcrédito. Surgiu o maior programa de transferência de renda do mundo, com a unificação dos programas sociais sob o Bolsa Família. Incentivou-se a atividade industrial através de uma política de desonerações fiscais, sobretudo em momentos de turbulência econômica. A nossa pauta de exportação foi diversificada, bem como os parceiros comerciais, elevando-se a índices recordes o volume das trocas internacionais. Por fim, merece realce um amplo programa de investimento em infra-estrutura, com destaque para habitação, saneamento e logística.

Contudo, ainda mantemos a cruel marca das desigualdades sociais e regionais. O PIB do país hoje gira em torno de R\$ 2,366 trilhões. Desta monta, 57% encontra-se na região sudeste, 16,27% na região sul, 13,22% na região nordeste, 8,66% na região centro-oeste e 5,07% na região norte.

O PIB maranhense, de aproximadamente R\$ 31 bilhões, representa o 16º maior dentre os estados do Brasil, equivalendo a 1,2% do montante total do PIB brasileiro. Analisando a composição geral do PIB maranhense observamos que o setor de serviços responde por 63,5%. A agropecuária responde por 18,6% do PIB maranhense. Já a indústria responde por 17,9% do PIB maranhense, com destaque para a indústria de transformação.

A economia maranhense apresenta uma vulnerabilidade estrutural que a torna extremamente dependente da transferência de recursos federais (Fundos Constitucionais e políticas sociais).

A conjunção destes e de outros fatores, como a corrupção, explicam os

péssimos indicadores sociais que o Maranhão apresenta.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio - PNAD, do IBGE, a população do estado é de aproximadamente 6.255.784 pessoas. Desse total, a população urbana representa 3.986.124 e a rural 2.123.560. A taxa de urbanização é de 65,2 %, segunda pior do nordeste, só ficando à frente do Piauí, com 61,8%. Os dados sobre a educação também são alarmantes. A taxa de analfabetismo entre pessoas com mais de 15 anos é de 23%. O analfabetismo funcional é de 40,5%, o terceiro pior do país.

A população economicamente ativa (PEA) é de 3.085.981. Destes, 42,9% estão em atividades agrícolas; 6,9% em atividades industriais; 5,7% em atividades da construção civil; 17,9% no comércio; 24% nos serviços e 2,4% em outras atividades. O rendimento mensal médio do maranhense é o pior do Brasil: R\$ 396,80, enquanto que o maior é R\$ 1.515,70 (no Distrito Federal).

Nos domicílios maranhenses a situação também está muito longe do desejável: 29,2% dos domicílios têm telefone fixo, segundo pior índice do Brasil; 2,8% têm acesso à internet, pior índice do Brasil, sendo que a média do nordeste é 7,3% e a do Brasil 26,6%. Apenas 67,2% têm água encanada, enquanto que a média do nordeste é de 85% e a do sudeste de 96,1%. Apenas 13,9% dos domicílios têm rede de esgoto, segundo pior índice do nordeste.

Segundo o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, a década de 90 foi a verdadeira década perdida para a economia maranhense. O esgotamento do ciclo de investimentos do complexo VALE-Carajás e ALUMAR e o aprofundamento da crise fiscal do estado, bem como os poucos efeitos sobre o emprego e sobre a arrecadação tributária oriundos dos grandes projetos exportadores, são apresentados como causas do desempenho medíocre da economia maranhense nessa década. De **1990 a 1999** o crescimento médio do Brasil foi de 2,1%; do nordeste de 3,6% e do Maranhão foi de apenas 1,4%.

Como se constata, o modelo de “desenvolvimento” implantado não foi capaz de levar a maioria da população à plena fruição dos direitos básicos de cidadania e dignidade. Tal modelo privilegiou os grandes projetos de expansão do capital, como os relacionados ao complexo metalúrgico-logístico implantado em São Luís ou relacionados à monocultura e ao agronegócio. Tal modelo não aumentou significativamente a renda do povo maranhense, bem como, por si só,

não ofereceu condições para a geração de cadeias produtivas locais.

Ainda na década perdida, merece ser ressaltada a estagnação dos gastos públicos como um dos elementos geradores do atraso então verificado: **de 1980 a 1990** o crescimento foi de 9,7%. Do ano **1990 a 1999** esse crescimento foi de 1,3%.

Já após 2000, os números do crescimento maranhense se invertem, demonstrando uma forte tendência de alta. De 2002 a 2007 o crescimento brasileiro foi de 4,0%; o nordestino de 4,5%; e o maranhense de 6,9%.

Devemos agora aproveitar o bom momento da economia brasileira para aprofundar e consolidar os nossos avanços, com o advento de um novo modelo de desenvolvimento, baseado em uma política industrial e agrícola democrática, fortemente associada a políticas sociais inclusivas. Em vez da propaganda enganosa e do discurso salvacionista dos “grandes projetos”, é hora de estimular a economia real, com a ativação de nossas múltiplas vocações econômicas. No lugar do patrimonialismo e do desperdício, preconizamos um choque de honestidade, que garanta a boa aplicação do dinheiro público, com eficiência e senso de justiça. Distribuindo renda e colocando os mais pobres no centro das ações de governo, haveremos de tirar o Maranhão da condição de estado campeão das injustiças sociais. Esse é o conteúdo da renovação política que representamos nas eleições de 2010.

PROGRAMA DEMOCRÁTICO E POPULAR – as nossas propostas

O MÉTODO: MARANHÃO EM REDES COM AÇÕES DESCENTRALIZADAS

Levando em conta experiências anteriores praticadas em nosso estado, propomos a organização das ações governamentais em 07 REDES e 08 eixos de AÇÕES. Todas as ações obedecerão a um planejamento regionalizado e descentralizado, possibilitando mais eficiência, transparência e controle social.

AS 7 REDES:

1. São Luis e Entorno;
2. Baixada e Alto Turi;
3. Lençóis e Baixo Parnaíba;
4. Centro-Oeste Maranhense;
5. Centro-Leste Maranhense;
6. Tocantina;
7. Sul Maranhense.

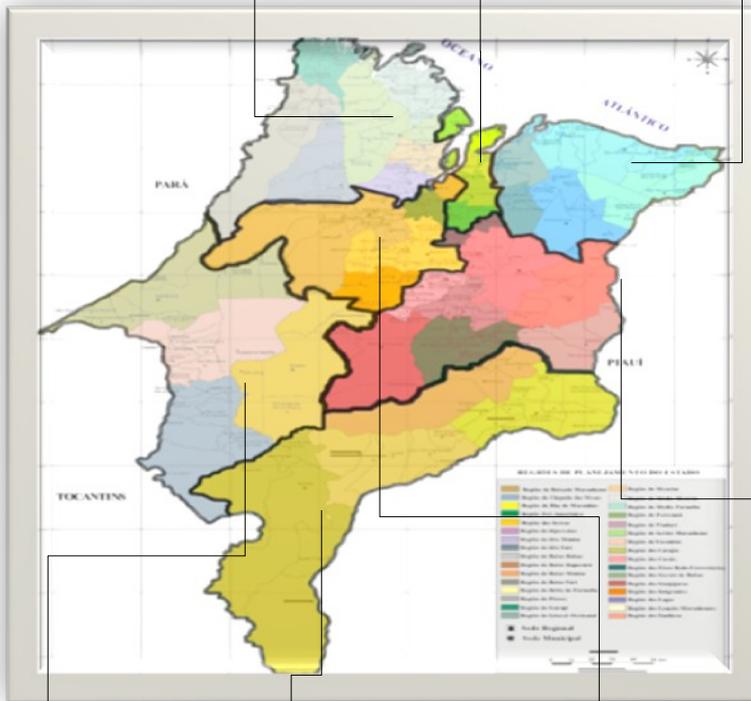
OS 8 EIXOS DE AÇÕES:

1. Saúde;
2. Educação, Ciência e Tecnologia;
3. Trabalho e Renda;
4. Obras;
5. Políticas sociais;
6. Segurança Pública
7. Meio ambiente
8. Descentralização, transparência e participação popular.

QUADRO GERAL DO MARANHÃO

Rede 2 Baixada e Alto Turi; **Rede 1** São Luis e Entorno

Rede 3 Lençóis e Baixo Parnaíba



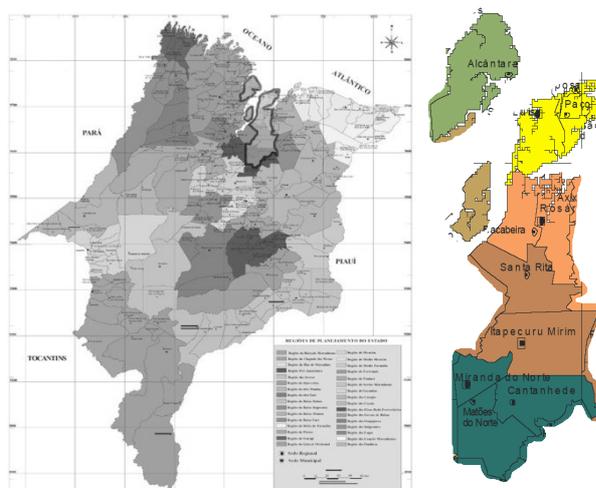
Rede 6 Tocantina

Rede 5 Centro e Leste Maranhense;

Rede 4 Centro e Oeste Maranhense;

Rede 7 Sul Maranhense

REDE 1 - SÃO LUÍS E ENTORNO



Rede 1 – Composição, regiões administrativas, municípios e localização:

Localização: Litoral, golfo maranhense, entre as baías de São Marcos e São José. Baixos vales dos rios Itapecuru e Munim, norte do Estado em partes das planícies fluviais e costeira, e da baixada maranhense, parte de influência do rio Pericumã e do vale do Turiçu. Ainda o cruzamento de rodovias e o traçado de ferrovias.

Rodovias: MA - 020, 201, 203, 402, BR - 135, 222, 308.

Ferrovias: Carajás e Nordeste

Regiões Administrativas: 05

Municípios: 14

Baixo Itapecuru – **Anajatuba, Itapecuru-Mirim e Santa Rita.**

Baixo Munim - **Bacabeira e Rosário.**

Eixos Rodo-ferroviários - **Cantanhede, Matões do Norte, Miranda do Norte e Pirapemas.**

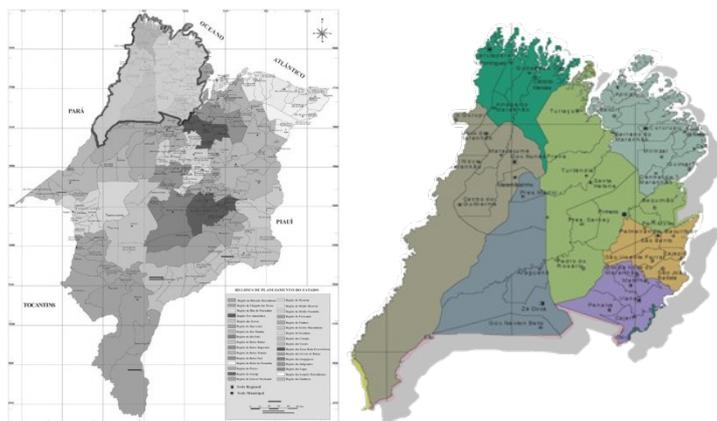
Ilha do Maranhão - **Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e São Luís.**

Pericumã - **Alcântara.**

Rede 1 - Potencialidades econômicas:

- Apicultura;
- Artesanato;
- Avicultura;
- Caprinocultura;
- Cerâmica;
- Comércio;
- Construção civil;
- Educação e Assistência social;
- Extrativismo vegetal e mineral;
- Horticultura;
- Indústria;
- Leite;
- Operações Portuárias;
- Pecuária;
- Pesca;
- Piscicultura;
- Políticas e ações de promoção de igualdade étnico-social.
- Segurança: policiamento e delegacias de polícias;
- Serviços;
- Suinocultura;
- Turismo.

REDE 2 – BAIXADA E ALTO TURI



Composição – regiões administrativas, municípios e localização:

Localização: Influência da bacia hidrográfica do alto e baixo vale do rio Turiaçu e bacia do rio Gurupi e Pericumã; estende-se ao oeste, noroeste e norte do Estado da planície fluvial ao litoral ocidental, parte rebaixada de planície costeira, com forte presença de lagos e parte da chamada Amazônia maranhense.

Rodovias: MA - 006, 014, 101,106, 209, 216, 303, 304, 305, 308, 310, 313, 314, BR - 316

Regiões Administrativas : 07 - Municípios: **46 municípios**

Alto Turi - **Araguanã, Governador Newton Bello, Nova Olinda do Maranhão, Presidente Médici, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca.**

Baixo Turi – **Boa Vista do Gurupi, Centro do Guilherme, Centro Novo do Maranhão, Governador Nunes Freire, Junco do Maranhão, Maranhãzinho e Maracaçumé.**

Baixada Maranhense - **Bacurituba, Cajapió, Palmerândia, São Bento, São João Batista e São Vicente Ferrer.**

Gurupi - **Amapá do Maranhão, Cândido Mendes, Carutapera, Godofredo Viana e Luís Domingues.**

Lagos - **Cajari, Matinha, Olinda Nova do Maranhão, Penalva e Viana.**

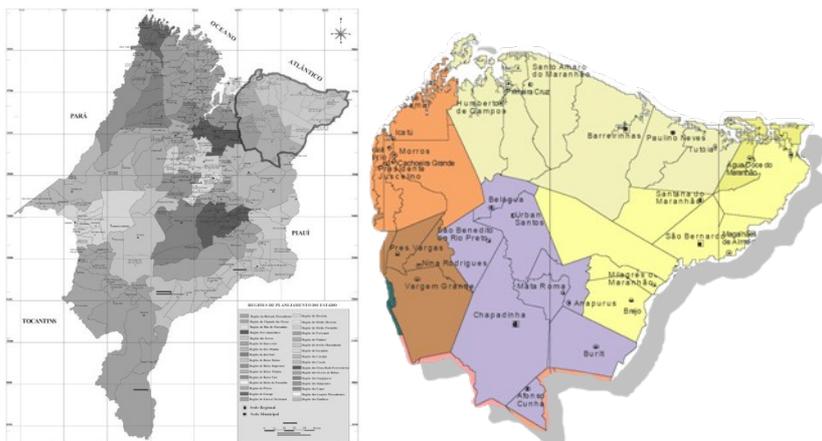
Litoral Ocidental - **Apicum–Açu, Bacuri, Cedral, Central do Maranhão, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão e Serrano do Maranhão.**

Pericumã - **Bequimão, Peri-Mirim, Pinheiro, Pedro do Rosário, Presidente Sarney, Santa Helena, Turiaçu e Turilândia.**

Rede 2 - Potencialidades econômicas:

- | | |
|----------------------------------|------------------------|
| -Açaí; | -Inclusão digital; |
| -Agroindústria; | -Leite; |
| -Agricultura familiar; | -Madeira; |
| -Apicultura; | -Pecuária; |
| -Avicultura; | -Pesca; |
| -Construção naval; | -Plantas aromáticas; |
| -Crustáceo; | -Piscicultura; |
| -Culinária; | -Suinocultura; |
| -Extrativismo vegetal e mineral; | -Turismo e ecoturismo. |

REDE 3 – LENÇÓIS E BAIXO PARNAÍBA



Composição – regiões administrativas, municípios e localização.

Vales das bacias dos rios Itapecuru, Munim e delta do rio Parnaíba a norte e nordeste do Estado no espaço de planícies fluviais levementes onduladas, com dunas e lagos no litoral oriental e a planície costeira adjacente.

Rodovias: MA - 020, 027, 034, 224, 225, 226, 402, BR - 135, 222, 312.

-Regiões Administrativas : 05

- Municípios: 30

Alto Munim - **Afonso Cunha, Anapurus, Belágua, Buriti, Chapadinha, Mata Roma, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos.**

Baixo Itapecuru - **Nina Rodrigues, Presidente Vargas e Vargem Grande.**

Baixo Munim - **Axixá, Cachoeira Grande, Icatu, Morros e Presidente Juscelino.**

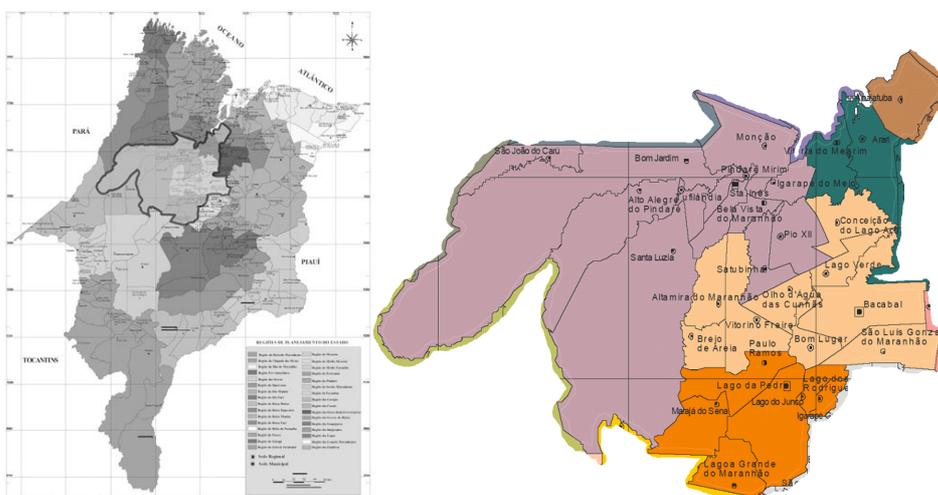
Delta do Parnaíba - **Água Doce do Maranhão, Araisos, Brejo, Magalhães de Almeida, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão e São Bernardo.**

Lençóis Maranhenses - **Barreirinhas, Humberto de Campos, Paulino Neves, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão e Tutóia.**

Rede 3 - Potencialidades econômicas:

- Agricultura;
- Avicultura;
- Artesanato;
- Carcinicultura;
- Cerâmica;
- Crustáceo;
- Extrativismo animal, vegetal e mineral;
- Fruticultura;
- Leite;
- Ovinocaprinocultura;
- Pecuária;
- Piscicultura;
- Pesca ;
- Silvicultura;
- Soja;
- Turismo.

REDE 4 – CENTRO e OESTE MARANHENSE –



Composição – regiões administrativas, municípios e localização.

Centro norte e oeste do Estado na planície fluvial dos rios Grajaú, Mearim e médio vale do rio Pindaré, no cruzamento de rodovias e ferrovia, com forte presença de migrantes nordestinos na ocupação espacial.

Rodovias: MA - 008, 119, 245, 316, 322, 326, 332, BR - 135, 222, 316.

Ferrovias: Carajás

- Regiões Administrativas : 04

- Municípios: 30

Eixos Rodo-ferroviários - **Arari, São Mateus do Maranhão e Vitória do Mearim.**

Imigrantes - **Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lagoa Grande do Maranhão, Marajá do Sena e Paulo Ramos.**

Mearim - **Altamira do Maranhão, Bacabal, Bom Lugar, Brejo de Areia, Conceição de Lago Açu, Lago Verde, Olho D'Água das Cunhãs, São Luís Gonzaga do Maranhão e Vitorino Freire.**

Pindaré - **Alto Alegre do Pindaré, Bela Vista do Maranhão, Bom Jardim, Igarapé do Meio, Monção, Pindaré-Mirim, Pio XII, Santa Inês, Santa Luzia, Satubinha, São João do Carú e Tufilândia.**

Rede 4 - Potencialidades econômicas:

-Agricultura familiar;

-Leite;

-Agroindústria;

-Madeira;

-Apicultura;

-Pesca;

-Artesanato;

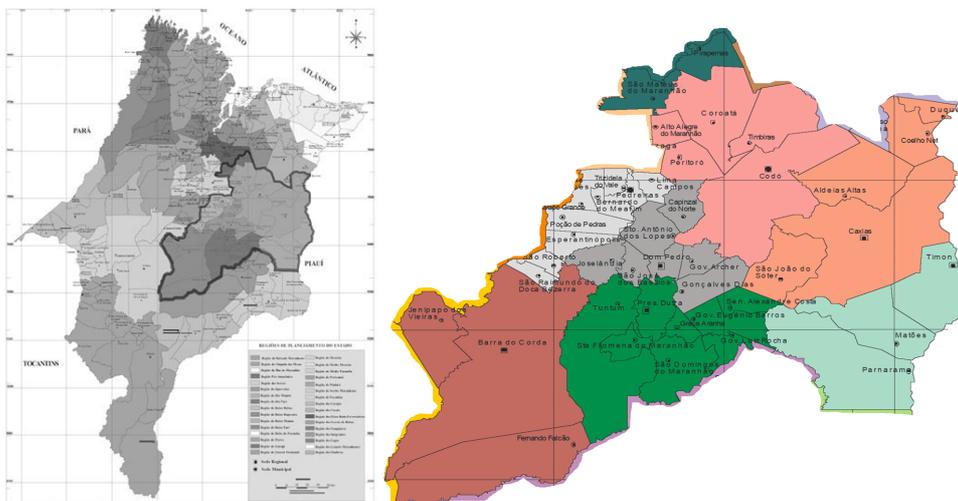
-Pecuária;

-Avicultura;

-Turismo.

-Babaçu,

REDE 5 – CENTRO e LESTE MARANHENSE.



Composição – regiões administrativas, municípios e localização:

Centro, Leste, Nordeste e Sul do Estado na planície fluvial do rio Itapecuru, rio Flores, médio vale dos rios Mearim e Parnaíba e matas dos cocais, ecossistema da Amazônia e no planalto maranhense.

Rodovias: MA - 012, 024, 026, 034, 040, 122, 127, 141, 226, 256, 272, 328, 332, 336, 349, 381; BR - 135, 226, 316.

Ferrovias: Nordeste

- Regiões Administrativas : 07 - Municípios: 40

Cocais - **Alto Alegre do Maranhão, Codó, Coroatá, Peritoró e Timbiras.**

Flores - **Capinzal do Norte, Dom Pedro, Gonçalves Dias, Governador Archer, Joselândia, Santo Antônio dos Lopes e São José dos Basílios.**

Guajajaras - **Barra do Corda, Fernando Falcão e Jenipapo dos Vieiras.**

Médio Parnaíba - **Matões, Parnarama e Timon.**

Pré-Amazônia - **Governador Eugênio Barros, Governador Luiz Rocha, Graça Aranha, Presidente Dutra, Santa Filomena do Maranhão, São Domingos do Maranhão, Senador Alexandre Costa, Tuntum.**

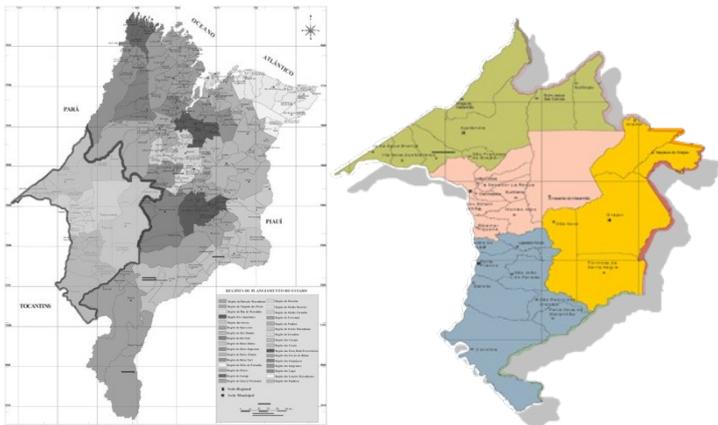
Timbiras - **Aldeias Altas, Caxias, Coelho Neto, Duque Bacelar e São João do Sóter.**

Médio Mearim - **Bernardo do Mearim, Lima Campos, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Pedreiras, Poção de Pedras, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto e Trizidela do Vale.**

Rede 5 - Potencialidades econômicas:

-Agricultura;	-Jaborandi;
-Agroindústria;	-Leite;
-Babaçu;	-Ovinocaprinocultura;
-Cerâmica;	-Pecuária;
-Extrativismo mineral e vegetal;	-Pesca;
-Fruticultura;	-Silvicultura;
-Horticultura;	-Turismo.
-Indústria;	

REDE 6 – TOCANTINA .



Composição – regiões administrativas, municípios e localização.

Localização: Centro e Oeste do Estado no planalto maranhense e da planície fluvial da amazônia maranhense. Médio vale do rio Tocantins e Influência da estrada de ferro Carajás. Predominância de campos cerrados. Incidência de serras em forma de chapadas e rios encachoeirados.

Rodovias: MA - 006, 122, 125, 280, BR - 010, 222, 226, 230.

Ferrovias: Carajás e Norte Sul.

- Regiões Administrativas : 04 - Municípios: 30

Carajás - Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Cidelândia, Itinga do Maranhão, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios.

Chapada das Mesas - Campestre do Maranhão, Carolina, Estreito, Feira Nova do Maranhão, Lajeado Novo, Porto Franco, São João do Paraíso e São Pedro dos Crentes.

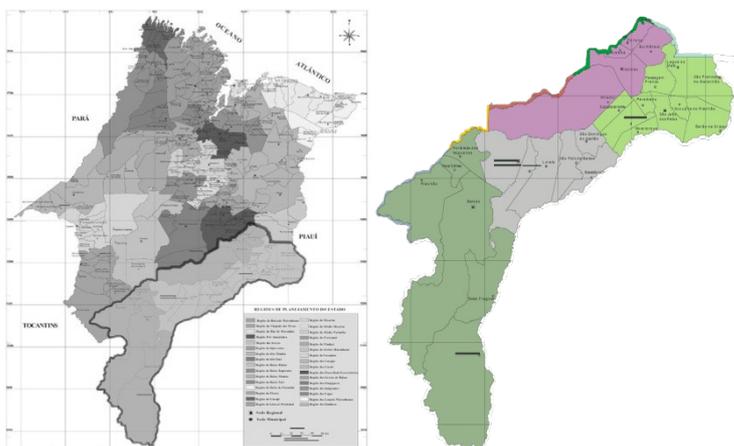
Serras - Arame, Formosa da Serra Negra, Grajaú, Itaipava do Grajaú e Sítio Novo.

Tocantins - **Amarante do Maranhão, Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Imperatriz, João Lisboa, Montes Altos, Ribamar Fiquene e Senador La Roque.**

Rede 6 - Potencialidades econômicas:

- Agricultura;
- Agroindústria;
- Avicultura;
- Babaçu;
- Cerâmica;
- Comércio;
- Construção civil;
- Doces caseiros;
- Extrativismo mineral e vegetal;
- Indústria;
- Leite;
- Horticultura;
- Madeira;
- Pecuária;
- Pesca;
- Plantas medicinais;
- Serviços;
- Silvicultura;
- Turismo.

REDE 7 – SUL MARANHENSE.



Composição – regiões administrativas, municípios e localização:

Sul e Sudeste do Estado nas chapadas das serras, sertão e campos gerais do planalto maranhense e central brasileiro, e bacia do rio Alpercatas, Itapecuru e Balsas.

Rodovias: MA - 006, 034, 036, 132,230,270, 364, 371, 375, 376, 378 BR -135, 230.

- Regiões Administrativas: 04 - Municípios: 27

Alpercatas - **Buriti Bravo, Colinas, Fortuna, Jatobá, Mirador e Sucupira do Norte.**

Baixo Balsas - **Benedito Leite, Loreto, Sambaíba, São Domingos do Azeitão, São Félix de Balsas e São Raimundo das Mangabeiras.**

Gerais de Balsas - **Alto Parnaíba, Balsas, Fortaleza dos Nogueiras, Nova Colinas, Riachão e Tasso Fragoso.**

Sertão Maranhense - **Barão de Grajaú, Lagoa do Mato, Nova Iorque, Paraibano, Passagem Franca, Pastos Bons, São Francisco do Maranhão, São João dos Patos e Sucupira do Riachão.**

Rede 7 - Potencialidades econômicas:

- Agricultura;
- Agroindústria;
- Alcool;
- Artesanato;
- Comércio;
- Extrativismo vegetal;
- Leite;
- Pecuária;
- Soja;
- Turismo e ecoturismo.

AÇÕES POR ÁREAS TEMÁTICAS

SAÚDE

1. **Estruturas hospitalares de alta e média complexidade nas 7 redes. Acelerar a implantação das UPAs (Unidades de Pronto Atendimento 24 horas), programa do governo federal.**
2. **Multiplicação das equipes de saúde da família, com a inclusão dos diversos profissionais da área;**
3. **Acelerar a formação de mais profissionais da área de saúde nas regiões carentes, especialmente por intermédio da UEMA;**
4. **Planos de cargos e salários específicos para os servidores da saúde;**
5. **Qualificar, apoiar e complementar a renda dos agentes comunitários de saúde;**
6. **Jornada de 30 horas para a enfermagem;**
7. **Reduzir a mortalidade infantil e materna – menos do que a média brasileira;**
8. **Investir em assistência farmacêutica e laboratórios públicos;**
9. **Água potável e saneamento básico para todos os maranhenses;**
10. **Criação de unidades para tratamento e recuperação de dependentes químicos. Combater o consumo de drogas;**

11. **Utilizar alta tecnologia para transmissão de imagens médicas, avaliação conjunta de diagnósticos complexos, interligando profissionais e unidades de saúde;**
12. **Consolidação e ampliação da Rede de Saúde do Trabalhador.**

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

1. **Universalização do ensino médio;**
2. **Implantar o calendário anual do Ensino Médio, a ser cumprido em todas as escolas do Estado;**
3. **Acompanhar a qualidade de cada escola, incentivando e premiando o melhor desempenho;**
4. **Implantar nos municípios do Maranhão o Proerd (programa educacional de resistência às drogas e à violência);**
5. **Criar uma rede regionalizada de escolas técnicas estaduais, complementando os CEFETS (atual IFMA);**
6. **Aprovar e implantar o novo Estatuto da Educação, para professores e funcionários;**
7. **Criar e implantar universidades estaduais, com autonomia e orçamento nas sete macro-regiões , reorganizando as unidades hoje existentes;**
8. **Inclusão digital através das Cidades Digitais (internet banda larga grátis nos municípios);**

9. **Eleição direta para diretor de escola;**

10. **Elaboração e implantação do Plano Estadual da Educação, baseado na 1º Conferência Nacional da Educação;**

11. **Garantir acesso ao ensino superior para os jovens que concluem o ensino médio, mediante as universidades estaduais e criando o PROUNI estadual;**

12. **Ampliar cursos de pós-graduação na UEMA para formação de recursos humanos de interesse do Estado;**

13. **Desenvolver o sistema estadual de Ciência e Tecnologia;**

14. **Aperfeiçoamento tecnológico dos arranjos produtivos locais;**

15. **Capacitação científica e tecnologia para o desenvolvimento social e para indústrias de ponta (aeroespacial);**

16. **Criação de centros integrados de ensino médio (CEI), incorporando tecnologia, arte, lazer, esporte e reforço escolar. Escolas em tempo integral de caráter profissionalizante, que à noite se transformam em centros de educação de jovens e adultos.**

17. **Criar o Programa de Erradicação do Analfabetismo;**

18. **Criar o PAIC – Programa de Aprendizagem na Idade Certa, com objetivo de alfabetizar todas as crianças com a idade entre quatro e seis anos;**

19. **Apoiar o funcionamento das creches e das unidades de educação infantil;**

20. **Propiciar a articulação entre EJA e o mundo do trabalho através**

da criação de centros profissionalizantes especiais;

21. Projeto INOVA Maranhão, para promover a ação do pesquisador empreendedor e disseminar o empreendedorismo no meio acadêmico.

TRABALHO E RENDA

1. Implantar uma política industrial democrática, mediante parcerias com entidades empresariais e dos trabalhadores;

2. Desenvolver políticas públicas de incentivo e crescimento sustentável para micro e pequenas empresas;

3. Implantação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, ampliando e integrando políticas de qualificação profissional, de intermediação de mão de obra e de seguro desemprego;

4. Garantir políticas que visem à formalização do trabalho, com mecanismo de estruturação e regulação do mercado de trabalho, considerando as dimensões de geração, gênero e etnias;

5. Criar condições para a erradicação de trabalho precário e escravo, com a criação de mecanismos que coíbam esta prática em todos setores da economia;

6. Implantar políticas públicas de inclusão de trabalhadores/as com deficiência no mercado de trabalho;

7. Programa de qualificação e inserção definitiva dos jovens no mercado de trabalho;

8. **Estimular o crescimento de vagas de trabalho através de políticas específicas de crédito público, articuladas a contrapartidas de geração e formalização de empregos;**
9. **Exploração econômica do litoral maranhense;**
10. **Assistência técnica para os pescadores, com apoio a toda a cadeia produtiva do pescado;**
11. **Criação das Escolas de Pesca;**
12. **Ativar e estimular cadeias produtivas diversificadas, que gerem empregos e renda, com ênfase para a agricultura familiar, pesca e extrativismo (quebradeiras de coco);**
13. **Expansão das Casas Familiares Rurais;**
14. **Fortalecer a agricultura familiar via crédito, implantação da infraestrutura necessária, tecnologia, formação e organização em cooperativas;**
15. **Criar mecanismos para a venda e distribuição dos produtos da agricultura familiar no mercado interno, integrando as economias locais;**
16. **Dinamização dos Assentamentos Rurais – Federais, Estaduais e NEPE;**
17. **Zonas de Produção Especial com pólos de produção agroindustriais;**
18. **Desenvolver a economia solidária através dos seguintes eixos: comercialização, crédito, marco jurídico, formação, cooperação, tecnologia, redes e políticas públicas;**

19. **Permanente valorização do Centro Histórico de São Luís, de Alcântara e dos Lençóis Maranhenses, assim como dos demais atrativos turísticos já identificados;**
20. **Valorização dos destinos emissores e do turismo interno;**
21. **Benefícios fiscais para os taxistas e moto-taxistas (isenção de impostos e taxas);**
22. **Programa de apoio a quem trabalha por conta própria e tem baixa renda, para que ele possa se aposentar pelo INSS;**
23. **Revitalização do sistema de abastecimento e comercialização das feiras e mercados em todo estado.**
24. **Expansão do mercado local pelo estímulo às compras governamentais.**
25. **Apoio aos territórios quilombolas e indígenas através do reconhecimento da posse da terra, construção de escolas e incentivo à produção local.**

OBRAS

1. **Plano rodoviário maranhense: ampliação, construção e conservação das estradas estaduais e vicinais;**
2. **Plano rodoviário (parceria com Governo Federal) – Intervenções de duplicação nas BRs 135, 316, 010, 222, 226 e 230;**
3. **Construção do sistema Italuís 2;**

4. **Criar o Programa Estadual de Habitação e Saneamento Básico;**
5. **Instituir o Programa Estadual de Transporte Público, Mobilidade Urbana e Intermunicipal.**
6. **Implantação de estruturas de esporte, lazer e cultura em todas as cidades maranhenses.**

POLÍTICAS SOCIAIS.

1. **Políticas específicas, aprovadas pelos respectivos Conselhos, para idosos; crianças e adolescentes; mulheres; pessoas com deficiência;**
2. **Valorizar o Esporte e Lazer Comunitário, as Ligas Esportivas e Clubes Amadores, as Federações Especializadas, bem como o Esporte Universitário, mediante o fornecimento de apoio e incentivos;**
3. **Implantar o Sistema Nacional de Cultura, com recursos específicos no orçamento estadual (fundo estadual de cultura).**
4. **Viabilizar todas as condições para implantação do Vale-Cultura, inclusive em favor dos servidores públicos.**
5. **Executar ações que fortaleçam as políticas de combate à discriminação em todas as suas dimensões;**
6. **Criação/fortalecimento de Programas e Medidas de Prevenção e Combate à Violência de Gênero, tais como: Centros de Referência da Mulher com atendimentos sociais, jurídicos e psicológicos às mulheres**

em situação de violência; Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAM; abrigos temporários para as mulheres em situação de violência, acompanhadas de seus filhos;

7. Combate ao tráfico interno e internacional de pessoas;

8. Combate ao turismo sexual, que atinge particularmente as crianças e os/as adolescentes, com políticas públicas, e permanente campanha estadual.

9. Alocação de recursos públicos para a realização do exame de DNA para investigação de paternidade no tocante à população de baixa renda.

10. Saúde Sexual e Reprodutiva: programas de prevenção e tratamento das DST/Aids; do câncer nos órgãos reprodutivos e de mama; programa de humanização do pré-natal e nascimento;

11. Combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes;

12. Titulação definitiva, com a atuação do ITERMA, dos territórios das Comunidades Quilombolas do Estado, por intermédio do Art. 68 da Constituição Federal de 1988 e do Art. 229 da Constituição Estadual/MA de 1989;

13. Implantação dos CREAS – centros especializados de assistência social, nas sete regiões do estado;

14. Unidades regionalizadas de internação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade;

15. Implantação de sistema informatizado de vigilância social, com definição de indicadores de acompanhamento e avaliação dos

resultados;

16. **Viabilizar os projetos e programas constantes do Plano de Desenvolvimento Estratégico do Esporte e Lazer do Estado, bem como auxiliar no processo de desenvolvimento de recursos humanos voltados à área;**

17. **Valorizar e reformular o Programa Bolsa-Atleta com supervisão do Conselho Estadual de Esporte, em conjunto com as Entidades Estaduais de Administração do Esporte, incluindo-se o paradesporto e outras modalidades não olímpicas;**

18. **Atender a necessidades e demandas específicas dos sujeitos e grupos culturais (pessoas com deficiência, jovens em situações de vulnerabilidade social, evangélicos, indígenas, quilombolas, comunidades rurais, entre outros);**

19. **Fomentar a criação de consórcios de segurança alimentar;**

20. **Construção de restaurantes populares em todas as regiões do Estado.**

SEGURANÇA PÚBLICA.

1. **Desenvolver uma política permanente e rigorosa de combate à violência e à criminalidade, em parceria com o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas;**

2. **Ampliar as ações do PRONASCI (Programa de Segurança Pública com Cidadania) com recursos estaduais;**

- 3. Implantar a PEC 300;**
- 4. Aumentar os efetivos de policiais e demais profissionais da segurança pública, investindo no treinamento e qualificação;**
- 5. Criar o Programa Estadual de Combate ao Tráfico e ao Uso de Drogas, em parceria com Igrejas e entidades sociais;**
- 6. Descentralização do sistema prisional com a construção de unidades de pequeno porte no estado, direcionados para a ressocialização por meio de oficinas profissionalizantes;**
- 7. Desvincular a gestão penitenciária da área de segurança pública, de modo que o foco sejam as ações de ressocialização;**
- 8. Criar a ouvidoria autônoma do sistema penitenciário, além de um mecanismo estadual de monitoramento, por intermédio de uma esfera pública não-estatal.**
- 9. Ampliação da experiência da APAC a outras unidades;**
- 10. Aprovar e cumprir planos de carreira para todas as categorias do sistema de segurança pública;**
- 11. Construção do centro especializado em perícias criminais, com o objetivo de auxiliar nas ações investigativas da polícia.**
- 12. Extensão da Defensoria Pública para todas as regiões do Estado, com apoio integral para sua atuação na defesa dos direitos dos mais pobres.**

MEIO AMBIENTE.

1. **Perenização dos lagos da baixada e grandes rios maranhenses;**
2. **Saneamento das praias de São Luís;**
3. **Proteção regionalizada às bacias hidrográficas maranhenses;**
4. **Política estadual de tratamento dos resíduos sólidos e incentivos à indústria da reciclagem.**
5. **Construção de aterros sanitários nos municípios;**
6. **Garantir a integridade e o monitoramento de todas as Unidades de Conservação Ambiental existentes no Maranhão;**
7. **Incluir a questão ambiental no debate das políticas de desenvolvimento, priorizando tecnologias de baixa emissão de carbono;**
8. **Concluir o Zoneamento Econômico-Ecológico do Estado;**

GESTÃO PÚBLICA, DESCENTRALIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO.

1. **Combate à corrupção, com transparência (lei Capiberibe) e controle social (conselhos). “Choque de honestidade” na gestão**

pública. “Espaço dos Conselhos” para valorizar o funcionamento inter-setorial dos conselhos de direitos e de políticas públicas.

- 2. Descentralização e Municipalização das ações de governo;**
- 3. Aumento salarial para os servidores públicos estaduais, nos quatro anos de governo, sempre acima da inflação;**
- 4. Promover a adequação da estrutura do Estado para garantir capacidade de planejamento e investimento em consonância com o desenvolvimento;**
- 5. Desenvolver instrumentos de planejamento e gestão que garantam a intersectorialidade, qualidade, transparência e controle social nos serviços públicos;**
- 6. Mesa de negociação permanente, com a representação dos servidores públicos e com os movimentos organizados;**
- 7. Transparência nos contratos, convênios e demais transações públicas;**
- 8. Qualificação e valorização dos servidores públicos;**
- 9. Concursos públicos para atender às necessidades do Estado.**
- 10. Descentralização e transparência nos recursos públicos destinados à comunicação do governo;**
- 11. Utilização de mídias alternativas na comunicação do governo;**
- 12. Criação da Agência Maranhense de Comunicação (aos moldes da Agência Brasil do governo Federal).**

13. **Concurso Público para Jornalistas.**